

Fazenda aposta em avanço de agenda regulatória no Congresso

Após foco em fiscal, pasta prioriza pautas para melhorar ambiente de negócios, mas especialistas alertam que Orçamento ainda é desafio em ano eleitoral

Por **Giordanna Neves** — De Brasília

05/01/2026 05h01 - Atualizado há 8 horas

Após concentrar esforços nos últimos anos em projetos de aumento de arrecadação para fechar as contas públicas e viabilizar o cumprimento das metas fiscais, o Ministério da Fazenda deve apostar em uma agenda regulatória em 2026, com propostas voltadas à promoção de concorrência justa nos mercados e ao endurecimento do combate ao crime organizado no ambiente econômico. Economistas consultados pelo **Valor** ponderam, por outro lado, que dificilmente a equipe econômica terá como deixar a execução orçamentária de curto prazo em segundo plano, assim como baixar a guarda em relação ao risco de o Congresso aprovar pautas-bomba no ano eleitoral.

Embora parte dessa agenda já figurasse entre as prioridades da pasta nos últimos meses e anos, houve pouco espaço para avançar nos projetos em meio à concentração quase exclusiva nas medidas de recomposição de receitas. Em um contexto de relação difícil com o Congresso, a Fazenda precisou hierarquizar temas considerados mais urgentes, o que acabou deixando propostas regulatórias em segundo plano.

Esses projetos vinham sendo conduzidos sobretudo pelo secretário de Reformas Econômicas, Marcos Pinto, que já anunciou que deixará o cargo no início de 2026. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também deixará o posto, mas a expectativa é de que a dinâmica de trabalho e as prioridades da equipe sejam mantidas, em linha com a orientação atual.

Entre as prioridades dessa agenda estão o projeto que propõe regular a concorrência das “big techs” no Brasil; a proposta de aprimoramento do instituto da falência de empresas; o projeto que trata das instituições operadoras de infraestruturas do mercado financeiro; a iniciativa sobre resolução bancária; as propostas de Economia Circular e de proteção a acionistas minoritários; a nova Lei de Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs); e o projeto que estabelece normas gerais para a regulação, fiscalização e controle do comércio exterior de mercadorias.

Além dos temas regulatórios que já estavam na fila, o endurecimento do combate ao crime organizado deve ganhar força. Uma das principais apostas nessa frente é o projeto de lei antifacção, que foi aprovado no Senado e está pendente de análise na Câmara. O tema vem ganhando escala dentro da Fazenda, impulsionado por operações recorrentes da Receita Federal voltadas ao enfrentamento de ilícitos econômicos.

14 propostas da Fazenda

Agenda de projetos 2026

Projeto a ser enviado

Imposto Seletivo - Projeto de lei que define as alíquotas do tributo criado pela reforma do consumo

Tecnologia e economia digital

IA e Data Centers – PL 2338/23

e MP 1318/25

Concorrência Digital (Big Techs)

– PL 4675/25

Relações de trabalho

Escala 6x1 – PL 67/25

(agenda do Planalto; Fazenda acompanha)

Motoristas de aplicativo – PLP 152/25

Sistema financeiro

Resolução bancária – PLP 281/19

Infraestrutura do mercado financeiro

– PL 2926/23

Ambiente de negócios

Falências – PL 3/24

Nova Lei de Concessões e PPPs

– PL 2373/25

Economia circular e proteção a acionistas

minoritários – PL 5662/25

Comércio exterior

Regime aduaneiro – PL 4423/24

Combate ao crime organizado

Lei Antifacção – PL 5582/25

Gestão pública

Reestruturação de carreiras – PL 6170/25

(agenda liderada pelo MGI; Fazenda acompanha)

Fonte: Apuração do Valor

Esse movimento também foi reforçado pela entrada dos Estados Unidos no debate. Haddad já afirmou que o governo americano demonstrou interesse em cooperar com o Brasil em operações de combate à lavagem de dinheiro e, por consequência, ao crime organizado. A intenção é avançar na construção de um acordo de cooperação bilateral para coibir a lavagem de dinheiro por meio de paraísos fiscais e frear a entrada de armas ilegais enviadas dos EUA ao Brasil.

Há ainda outros temas fora do campo fiscal na agenda da Fazenda. Entre eles estão o projeto de regulamentação da inteligência artificial, a medida provisória (MP) que trata da regulação de data centers e a proposta de regulamentação dos trabalhadores por aplicativos. A pasta também deve participar de debates conduzidos por outras áreas do governo, como o projeto de lei que estabelece a jornada de trabalho 6x1, sob responsabilidade do Palácio do Planalto, e o projeto de reestruturação de carreiras, sob alçada do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Todos esses projetos já estão em tramitação no Congresso. Além deles, a Fazenda pretende enviar este ano um texto para definir as alíquotas do Imposto Seletivo, criado pela reforma tributária do consumo e com entrada em vigor prevista para 2027.

Mesmo sendo ano eleitoral, integrantes da equipe econômica ouvidos pelo **Valor** acreditam que a tramitação dessas matérias no Congresso não deve enfrentar grandes obstáculos. Segundo esses interlocutores, tratam-se de pautas menos difíceis do que outras já enfrentadas pelo governo, como a revisão de gastos tributários ou o projeto de ampliação da isenção do Imposto de Renda - que geraram forte debate parlamentar. A avaliação é de que a aprovação sinalizaria, inclusive, que o Legislativo segue trabalhando mesmo em um ano de eleições.

Por outro lado, o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, não vê espaço para o avanço dessas propostas em um ano eleitoral. Segundo ele, são agendas complexas, que exigem negociação política e trabalho técnico. “Não vejo tanto espaço em um ano eleitoral, sobretudo porque a prioridade da área econômica terá de ser a entrega de resultados fiscais mínimos, além de segurar bombas que sempre surgem em ano eleitoral”, ponderou.

Na avaliação do economista João Leme, da Tendências Consultoria, embora essas propostas regulatórias tenham relevância, a situação fiscal não permite ao governo a tranquilidade necessária para deixar a execução orçamentária de curto prazo em segundo plano para se concentrar nessas agendas. “O Orçamento está longe de ser uma coisa que vai dar conforto para o governo. Provavelmente o governo terá de recorrer novamente ao Congresso”, afirmou, citando como exemplo a revisão de gastos e reconhecendo as dificuldades adicionais para avançar nesse tipo de pauta em ano eleitoral.

Leme avalia ser positivo que o governo liste projetos como esses. Segundo ele, do ponto de vista da sinalização para um próximo mandato, há propostas importantes em termos de política de Estado, como a melhora do ambiente regulatório e o fortalecimento da segurança jurídica. Ainda assim, o tema fiscal deverá permanecer no centro do debate.

“Não tiro a importância desses projetos. Mas o governo não vai conseguir focar só em passar essa agenda mais propositiva. Eu acho que a situação é um pouco mais frágil do ponto de vista fiscal. Será necessário ter um olho no gato. Ele vai precisar também focar em fechar o ano dentro da meta que ele se propôs”, acrescentou. A meta para 2026 é de um superávit de 0,25% do PIB, com um intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual para cima e para baixo.

Para o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, por se tratar de um ano eleitoral, o governo não deve encontrar espaço político para avançar em medidas de aumento de receita ou de contenção de gastos. Nesse contexto, o ajuste necessário para o cumprimento da meta fiscal tende a passar por cortes no Orçamento. Diante dessas limitações, ele avalia que o governo buscará avançar na agenda microeconômica. “O que sobra para 2026 são questões regulatórias, sendo a mais discutível a escala 6x1 que, como tem apelo eleitoral para Executivo e Congresso, pode avançar”, disse. Especialistas e empresários têm alertado que o fim da escala 6x1 pode gerar prejuízos à produtividade e à atividade econômica.

Vale afirma concordar que seria interessante que o governo avançasse em pautas voltadas ao ambiente de negócios, como a nova Lei de Falências e o projeto de concessões.

“Não tem repercussão fiscal, mas incorpora um potencial de ambiente regulatório melhor se houver avanços nessa área. Mas não dá para garantir que, em ano eleitoral e com um espaço legislativo tão curto, o governo consiga fazer as melhores opções. Pode acabar ficando na escala 6x1 e no imposto seletivo que têm prazos específicos por causa do andamento da reforma tributária”, disse.